

Diário do Legislativo de 24/12/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATAS

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 23/12/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Ruy Muniz, notificando o falecimento da Sra. Risoleta Maciel Brandão, ocorrido dia 21/12/2009, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/12/2009

O Deputado Ruy Muniz - Sr. Presidente, colegas Deputados e telespectadores da TV Assembleia. Venho à tribuna para manifestar minha gratidão, em nome de todos os homens de Minas Gerais, à Mesa da Assembleia por ter colocado na pauta - e vamos aprovar logo mais - um projeto que estabelece uma política de saúde para o homem em Minas Gerais. Sabemos que as mulheres já são bem assistidas. Precisam ser sempre bem cuidadas, mas elas já têm um protocolo de saúde, em que, rotineiramente, fazem o pré-natal, o exame preventivo de câncer de colo de útero, enfim, há todo um programa de saúde que protege e contempla as mulheres, o qual precisa ser ampliado e melhorado.

Em contrapartida, há uma desassistência completa em relação aos homens. Muitos homens, principalmente os mais simples, muitos da zona rural, às vezes por machismo, têm orgulho de falar que nunca adoeceram nem procuraram um médico. E, depois dos 50 ou 60 anos, têm o dissabor de procurar um médico já com um câncer desenvolvido na próstata ou no intestino grosso. A situação é complicada, e a pessoa com uma perspectiva de vida longa tem sua trajetória interrompida por uma doença que poderia ter sido evitada.

Por isso tivemos a preocupação de formular essa lei, que será aprovada na Assembleia, para, no ano que vem, já termos um programa permanente que acolha e proteja os nossos homens. Eles terão um protocolo, o sistema de saúde se ajustará para oferecer os procedimentos de toque retal, exame de PSA, prevenção para o câncer de próstata e intestino e prevenção de outras doenças. Os homens também têm diabetes e hipertensão. E morrem mais cedo do que as mulheres, há mais viúvas do que viúvos, e é preciso haver equilíbrio. Assim como as mulheres estão ocupando cada vez mais seu espaço, na proteção e saúde devemos dar essa cobertura para os homens. É essa a nossa intenção com esse projeto de lei.

Sabemos que os Secretários de Estado e Municipais de Saúde estruturarão rapidamente a nossa rede do SUS para contemplar os homens de Minas Gerais com essa cobertura, essa proteção. Um parlamentar tem que fazer isso.

Está chegando o final do ano, e é preciso prestar contas do que fizemos aos nossos eleitores. No campo da legislação, fizemos vários projetos de lei interessantes, alguns serão aprovados este ano, outros no ano que vem. Estamos muito felizes com esse desempenho.

Aproveito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para parabenizar a Unimed-BH pela inauguração do seu grande hospital hoje, pela manhã, com 250 leitos, um pronto-socorro fantástico, sala de observação para homens, mulheres e crianças, 25 vagas de CTI e UTI, um grande centro de diagnóstico por imagem. A Unimed-BH mostra ao Brasil o que é prestar assistência à saúde com qualidade. Está de parabéns o Dr. Héilton Freitas, Presidente, e toda a sua diretoria por mais essa realização. Ficamos felizes quando uma empresa séria funciona bem e presta ótimos serviços a BH e, por consequência, a toda Minas Gerais.

Sr. Presidente, Belo Horizonte hoje é uma das cidades que tem o maior número de hospitais e serviços de saúde com acreditação. Isso mostra como está evoluindo a saúde em Minas Gerais. Somos parceiros da gestão de um grande hospital, a Fundação Hilton Rocha, que atende quase 500 pessoas por dia, o que significa quase 10 mil pessoas por mês, realizando cirurgias, exames e consultas na área de oftalmologia de excelência. A Fundação Hilton Rocha é o único hospital a fazer o implante do anel estromal, chamado anel de Ferrara, pelo SUS em todo o Brasil. Quem tem ceratocone precisa desse anel, caríssimo no esquema particular. E a Fundação realiza esse implante pelo SUS. Já temos transplante de córnea, que já voltou há muito tempo. A fila em Belo Horizonte nem existe mais por causa da ação eficaz. São notícias boas que as pessoas gostam de saber. O principal para as pessoas é a saúde. Sem ela não temos qualidade de vida, e bons serviços merecem ser divulgados. Essa foi nossa intenção ao aprovar esse projeto de saúde do homem, e parabenizamos a Unimed pelo seu trabalho maravilhoso.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que divulgue muito a ação da Comissão de Educação na Assembleia. Tivemos um ano de intensos trabalhos, fizemos várias audiências no interior, conseguimos aprovar o Plano Decenal de Educação - PDE -, que avança e aponta metas exigentes e valorizará o professor e os servidores da educação, e acima de tudo estabeleceremos metas para atingirmos, ainda na próxima década, 100% de educação infantil em toda Minas Gerais. Todos os Municípios do Estado apoiarão a iniciativa pela qual as crianças de até 5 anos terão acesso à escola. Sabemos que muitas crianças ficam em creches para as pessoas trabalharem. Acabaremos com as creches e as transformaremos em escolas municipais da educação infantil, em que o professor receberá um salário bom, igual ao do professor do ensino fundamental. O dinheiro do Fundeb pode ser usado para a educação infantil.

Em Belo Horizonte, o Prefeito Márcio Lacerda tem um grande desafio, pois 90 mil crianças dessa faixa etária precisam ser absorvidas. Ele já está fazendo um tremendo esforço, construindo vários Centros Municipais de Educação Infantil para atender, neste ano, 45 mil crianças. Temos de aplaudir sua ação. Demos ênfase ao nosso plano decenal. Esperamos que haja tempo para aprovarmos, ainda este ano, o plano decenal que servirá de modelo para o Plano Nacional de Educação, que o Congresso Nacional vai aprovar no próximo ano. Seguiremos o plano mineiro como referência para o plano nacional.

Parabenizo todos os Deputados que compõem a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, como Dalmo Ribeiro Silva, que a preside, parlamentar tão competente e que nos ajuda tanto; a Deputada Gláucia Brandão, que é uma revelação fantástica nesta Assembleia, professora universitária, pessoa comprometida e que sempre dá uma maravilhosa contribuição à nossa Comissão; e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura. Sabemos que o saldo do nosso trabalho em 2009 foi positivo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, os minutos que ainda me restam para dirigir-me aos habitantes de todas as regiões de Minas Gerais e dizer-lhes que a cada ano-novo temos de ter novos sonhos e novos desafios, a fim de obtermos novas conquistas. Se quisermos obtê-las de verdade, será preciso uma atitude diferente, de mudança, ou seja, teremos de ser proativos. Muitos nos dizem para construirmos um ano melhor, ou seja, fazermos um 2010 melhor. Pergunto: Como? O ato de despertar está na consciência de cada um de nós. Vamos adotar novas atitudes. Conclamo todos os que estão me ouvindo. Se alguém quer ter um ano-novo diferente, se está precisando de um bom emprego, deverá qualificar-se, estudar. Se já for formado, se possui diploma e não está conseguindo emprego, deverá mudar o foco. Assim, ao invés de procurar emprego, poderá, por exemplo, ser empreendedor, gerar emprego para você e outras pessoas. Nesse caso, alguém poderá pensar assim: "Não tenho dinheiro". Todavia dinheiro não é problema. Os bancos estão cheios de dinheiro, há empresários e investidores. Basta ter boa ideia e bons argumentos para convencer as pessoas. Se houver boas alianças, conseguirá recursos para realizar a sua ideia. Quem sonha e não consegue pôr seu sonho em prática é porque, na verdade, a sua ideia está fraca e desorganizada. O recomendável é organizar-se melhor e estabelecer metas de curto, médio e longo prazos; assim obterá um ano diferente. Se não estabelecer metas, ficará andando em círculos. É preciso, portanto, estabelecer bons propósitos. Muitas pessoas, às vezes, perdem a oportunidade de serem grandes realizadoras, porque têm propósitos mesquinhos e pequenos e estabelecem interesses individuais e, às vezes, soluções só para si e sua família. É preciso pensar em coisas boas para todos. Quando se tem um propósito bom e coletivo que contempla a todos, significa que ele é de muitos. Além disso, é abençoado e se realiza. Digo que uma boa ideia, que uma boa causa é invencível.

Falando em boas causas, todos sabem que a classe política este ano foi o principal foco da grande imprensa, em função de escândalos. Isso prova, mais uma vez, que uma crise de valores está ocorrendo no País. É preciso coragem para fazer diferente, fazer o que é correto. Para tanto, é necessário que as pessoas participem.

No ano que vem teremos eleições. Poderemos escolher o novo Presidente do Brasil, o novo Governador do Minas Gerais, os novos Deputados Federais e Estaduais e os novos Senadores. Está na hora de pensarmos, elegermos boas pessoas, e saberemos separar o joio do trigo. A Assembleia de Minas Gerais, graças a Deus, é um Parlamento isento de todas essas confusões, pois é composta por Deputados sérios, trabalhadores e comprometidos com as causas do povo mineiro. Tenho certeza de que a maioria do Congresso Nacional também age dessa forma.

Concedo aparte ao nosso grande Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Ruy Muniz. Fiz questão de apartear V. Exa. no momento em que faz uma reflexão após mais um ano de trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de homenageá-lo e de parabenizá-lo. Hoje a nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia teve a honra de ser presidida por V. Exa., grande professor, respeitado médico e grande empreendedor dentro do ensino superior do Estado. Como membro dessa Comissão, tive o prazer de ter V. Exa. no comando dela, que julgo ser tão importante no Parlamento mineiro para a educação de Minas e do Brasil.

Quando V. Exa. faz referência às audiências públicas realizadas pelo Parlamento mineiro, lembro-me perfeitamente de que participei, por convocação e convite de V. Exa. Estivemos em Januária para discutir ações importantes da região, como também de tanta outras regiões em que a Comissão de Educação participou na construção do Plano Decenal.

Então, com certeza, Deputado Ruy Muniz, a V. Exa., educador emérito e Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, posso dizer que acredito que avançamos muito. A nossa Comissão deu um testemunho muito forte. Em primeiro lugar, porque temos uma educação de qualidade, de excelência, em nosso Estado, sob o comando do nosso Governador Aécio Neves, do Vice-Governador Anastasia, da nossa Secretária Vanessa, do nosso Conselho Estadual de Educação e de todos os que são voltados para a educação no Estado. Tive o prazer e a honra de ter V. Exa. como Presidente, que tão bem conduziu os trabalhos e, principalmente, os do Plano Decenal, como relator da matéria. Além disso, a Comissão teve ações importantíssimas plantadas e que, com certeza, foram semeadas na educação de Minas.

Portanto, fico muito feliz com isso. Mais uma vez, parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O Deputado Ruy Muniz - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Como sempre, V. Exa. nos inspira e nos ensina a ser um Deputado melhor. Quero também elogiar e registrar aqui sua grande participação nas audiências públicas. Recentemente, homenageamos uma escola estadual de Santa Rita de Sapucaí. Essa escola ganhou prêmio de referência em gestão escolar. Interessante dizer que uma escola pública mineira está dando exemplo de como ser bem gerida. Um exemplo que sai do Sul de Minas, de Santa Rita, para o Brasil. Parabéns.

Agradeço ao Presidente ter alongado o tempo da minha fala, e aproveite a oportunidade para desejar a todos os Deputados e a todas as famílias de Minas Gerais um feliz Natal e um ano-novo maravilhoso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. O que me impele a fazer uso da palavra neste momento, Sr. Presidente, é apenas traçar um balanço superficial deste ano de 2009. Foi um ano muito importante, em que tivemos oportunidade de participar de vários debates e audiências públicas, como também de verificar os equívocos que o governo do Estado insiste em manter na sua gestão.

Há pouco tempo, na cidade de Pará de Minas, tivemos uma grande audiência pública para analisar os abusos cometidos pela Polícia Ambiental, pelo IEF e pelos órgãos ambientais de Minas Gerais na aplicação de multas e de algumas sanções, principalmente contra o pequeno produtor.

O pequeno produtor de Minas é tratado por este governo como bandido, como marginal, como homem fora da lei. Não podíamos concordar com o que está acontecendo. Na audiência realizada em Pará de Minas tivemos oportunidade de ouvir o Ministério Público, a Polícia Ambiental e o Presidente do IEF, que logo depois o Governador teve de exonerar pelos excessos cometidos. Avançamos um pouco, e a Assembleia Legislativa conseguiu fazer uma mudança na lei ambiental.

Isso ainda não foi a solução, mas houve avanços, e temos de concordar com isso. O governo mudou a diretoria do IEF, a Polícia Militar percebeu os excessos cometidos pela Polícia Ambiental e o Ministério Público também percebeu algumas ações que ele vinha realizando punindo o pequeno produtor por supostamente estar cometendo uma infração que, para a Polícia Ambiental, segundo seu BO, era um crime. O Ministério Público com o Judiciário, antes mesmo do recurso administrativo ser julgado, Deputado Rêmoló Aloise, na maioria das vezes a ação da polícia foi julgada improcedente...

Mas era isso que acontecia, Deputado Rêmoló Aloise. A polícia fazia um BO sem esclarecer se era infração ou crime, e o Ministério Público, com a rapidez que lhe é peculiar, principalmente para prejudicar as pessoas, condenava o coitado do produtor, sem direito a defesa, a dois, dois anos e meio de "sursis". Quando o coitado do produtor rural tinha oportunidade de entrar com o recurso, na maioria das vezes, quando esse processo chegava aqui, o próprio órgão ambiental dizia que não era crime, e sim infração. Mas o produtor já estava condenado pela Justiça.

Foi isso que discutimos, foi isso que fizemos durante este ano. Então, as coisas melhoraram. A Polícia Ambiental fez uma revisão nos seus conceitos e maneira de agir e melhorou um pouco essa questão. O Ministério Público também analisou e verificou que houve excessos na aplicação da legislação. Com isso, as coisas mudaram. Isso faz parte do nosso balanço. Conseguimos mostrar ao Ministério Público, à Polícia Ambiental da nossa região e ao IEF o que estava acontecendo com a questão ambiental. Ninguém estava preocupado com a preservação ambiental, nenhum desses órgãos - tenho dito isso e, às vezes, alguns ambientalistas me criticam por isso - está preocupado com a preservação ambiental. Eles estão preocupados com o que podem arrecadar e não com o que podem preservar. Então, esse foi um dos grandes eventos que tivemos aqui este ano.

Outro assunto para o qual tenho chamado a atenção, Deputado Sargento Rodrigues - passarei a palavra a V. Exa. daqui a pouco -, é uma questão que tenho exposto aqui há dois anos. Vou repetir para não encerrar 2009 sem, mais uma vez, fazer este alerta. Trata-se da cidade administrativa fantasma que o governo implantou perto de Vespasiano. Estou dizendo isso porque o governo já experimentou o que eu disse quando foi apresentado o projeto aqui. O governo vai criar uma cidade administrativa e ficará nas mãos dos sindicatos dos funcionários públicos do nosso Estado. Qualquer sindicato com 20 pessoas paralisa toda a cidade administrativa, como também paralisa o Aeroporto de Confins para quem está indo e para quem está chegando. O governo experimentou isso há cerca de 15 dias quando os trabalhadores, operários daquela construção, reclamaram contra a situação que estavam vivendo, principalmente em relação à alimentação, porque as marmitas não tinham nenhuma qualidade. Fecharam a Rodovia MG-10 por 30 minutos. Mostraram ao governo o que vai acontecer quando os funcionários públicos estiverem instalados lá, caso se instalem. Creio que não vão se instalar. Vou encerrar 2009 fazendo, mais uma vez, este alerta. O governo já prorrogou para 90 dias o prazo de instalação da cidade administrativa, porque faltou um fio de telefone. Não foi o sistema de telefonia que prorrogou o prazo. Na verdade, o governo está analisando como evitar as greves, as grandes movimentações. Qualquer movimento reivindicatório ou grevista não virá mais para a porta da Assembleia, porque, neste governo, isso não gera repercussão. A imprensa não noticia, ela está amordaçada, existe censura. Apenas o jornal "O Tempo" deu uma notícia de canto de página, porque a repercussão seria muito grande. Sabem o que acontecerá? Os movimentos reivindicatórios não irão mais para a Praça da Liberdade ou para a Praça da Assembleia, e sim para a Cidade Administrativa, porque lá, querendo ou não, o governo dará um destaque muito grande, o Aeroporto de Confins será paralisado para quem está indo ou vindo, e a entrada e a saída dos funcionários também será paralisada.

O mais grave é que o governo já viu a bobagem que fez e está querendo diminuir em 25% a carga horária dos servidores, pois chegou à conclusão de que o deslocamento de um funcionário, dependendo da região em que estiver, em Belo Horizonte, demorará cerca de 1h30min. Esse é um dos assuntos que gostaria de deixar aqui para finalizar 2009.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., sempre muito lúcido em seus posicionamentos. Farei uma reflexão a respeito da primeira parte do seu pronunciamento, em função do respeito que tenho por V. Exa. nesta Casa. Em relação ao meio ambiente, fiz questão de, por várias vezes, apartar V. Exa. no que diz respeito à defesa do homem do campo, do produtor, do pequeno agricultor, do agricultor familiar que muitas vezes sofre com a atuação rígida da polícia ambiental no cumprimento da lei e com a atuação firme do Ministério Público no que se refere aos crimes ambientais. Sempre defenderei o trabalhador rural, que merece uma atenção diferenciada, porque as nossas mesas só ficam fartas devido ao seu esforço. O leite e o queijo só chegam à nossa mesa por causa do produtor, que está na ponta. É óbvio que não interessa a ninguém que uma legislação ambiental seja aplicada com rigor e considerando a máxima de "aos amigos do rei, as benesses da lei; aos inimigos, o rigor da lei". Não devemos adotar essa sistemática. Quero fazer um alerta a V. Exa. Durante a audiência pública realizada em Pará de Minas, sua cidade, produtores fizeram cobranças ao Comando da Polícia Militar. Acorda, Deputado Antônio Júlio! Sei que V. Exa. não compactua com essa situação. Durante os 11 anos de convivência com V. Exa., sei que é justo. A corda está arrebentando do lado mais fraco. Estão transferindo Cabo da Polícia Militar Ambiental para outras cidades. Ou seja, cumpre-se aquilo que determina o Comando da Polícia Ambiental em Pará de Minas, e, quando o poder político faz uma audiência, aberta o Ministério Público, encontram o culpado, o Cabo da Polícia Militar que estava lá na ponta.

Então faço este apelo a V. Exa., até porque acredito que não permitiria que esta injustiça acontecesse com um companheiro. É muito simples para o Comando fazer reciclagem, mudar os conceitos e padronizar determinadas operações e atuações com visão diferenciada da fiscalização ambiental, obviamente orientando seus comandados. É triste ver isso acontecer. Abrem IPM para apurar possível acusação de infração penal militar por parte de quem está na ponta da linha executando a atividade, e, no fundo, estava cumprindo ordem de comandante de companhia ambiental. Então, faço este apelo a V. Exa., porque muitas vezes a corda tem arrebentado do lado mais fraco, e não podemos deixar isso acontecer. Como diziam os grandes estrategistas, inclusive Napoleão Bonaparte, o chefe deve estar à frente, comandando suas ações, senão, quando a corda arrebenta, ele abandona o barco e larga seus comandados. Naquele episódio em Pará de Minas, especialmente naquela audiência pública, acabou sobrando para o Cabo. O Cabo está sofrendo as consequências, e não o nível de Comando, que deveria rever os conceitos e mudar seu posicionamento no tocante à orientação. Então faço este apelo a V. Exa. Posteriormente, estarei em seu gabinete, levando dados e informações, para que V. Exa. também não permita, com este Deputado, que as coisas mudem dessa maneira, mas sim que cada um assuma seu erro. Quando V. Exa. questionou o Comando naquela audiência pública, sentiram-se constrangidos e tentaram encontrar o culpado, por isso a corda está arrebentando para o Cabo, que estava na ponta da linha, cumprindo as ordens do próprio Comando. Faço esta reflexão, porque sei que V. Exa. é pessoa séria, equilibrada e não admitiria nunca que essa injustiça fosse cometida. Levarei a V. Exa., em seu gabinete, as informações, para atuarmos e não permitirmos que a injustiça ocorra com a parte mais fraca da história. Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Sargento Rodrigues, mas quero dizer que, na audiência pública, não cobramos punição alguma nem ação

contra o policial. Estamos cobrando do Comando, tanto é assim, que lá estiveram e ficaram constrangidos. Se alguém deu a ordem, esta deve ser cumprida. Temos outro problema. Votamos a mudança da lei ambiental, e o comando do Comando ainda não chegou aos policiais. Continuamos agindo como se a lei não existisse, principalmente nas áreas consolidadas de utilização. Então trabalhamos para que haja justiça. Não culpamos ninguém. Às vezes, muda-se o Comando, muda-se o policial, e a coisa não se resolve. Estamos cobrando do Comando da Polícia Militar, como cobramos do Ministério Público, do Judiciário, do governo, que fizesse intervenção no IEF.

Aproveito, Presidente, para fazer homenagem ao Deputado Vittorio Medioli. Não fossem as reportagens no seu jornal "O Tempo", as questões ambientais em Minas estariam muito piores. Ele teve papel fundamental nas mudanças do sistema ambiental, principalmente no Jaíba, onde o povo estava extremamente sacrificado pela burocracia, pela má-vontade e até, numa palavra dura que tenho usado aqui, pela irresponsabilidade de alguns gerentes ambientais de Minas Gerais. Então presto homenagem, neste final de 2009, ao Sr. Vittorio Medioli, companheiro dos ruralistas, companheiro daqueles que sofrem com as ações ambientais, porque, volto a dizer, não há preocupação com a preservação, mas sim com a arrecadação.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos ao Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião, a todas as Deputadas e a todos os Deputados presentes.

Ocupo hoje esta tribuna, porque a nossa cidade de Betim, onde eu resido, comemora 71 anos de emancipação, Deputado Eros Biondini. Lembro-me bem de, quando cheguei a Betim, em 1966, na época, eu era adolescente, como era a cidade. Escola pública, na época ginásio, era apenas uma, que se chamava Colégio Estadual de Betim, que oferecia os cursos de magistério e científico. A primeira turma de formandos foi em 1967, da qual fiz parte. Na época não havia lotação. Os professores que trabalhavam nas regiões naquele tempo, nas zonas rurais, andavam a pé muitos quilômetros e, depois, pegavam carona com caminhoneiros na BR-381. Não havia risco de violência como há hoje. Em grupo sempre, nunca sozinhos, pediam carona e iam para o Centro da cidade. Inúmeras e inúmeras vezes pudemos observar esse fato.

Estamos falando da Betim da D. Josefina Bento, a primeira professora da cidade, negra, que deu o nome à Casa da Cultura: Casa da Cultura Dona Josefina Bento; também do Sr. José Trigueiro, ex-Prefeito, além de inúmeros outros como o Bio e Osvaldo Franco, que já faleceram.

Hoje Betim é uma região metropolitana. Tem 451 mil habitantes, 31 escolas estaduais, 64 escolas municipais, 73 creches, Cefet e cinco universidades. A primeira chegou em 1993, a PUC Minas. Hoje está garantido para Betim, a partir de 2010, o curso de Medicina. O governo municipal, em interlocação com a PUC, já garantiu esse curso, que será muito importante para a cidade, sobretudo para a rede pública de saúde, o SUS Betim.

A atual Prefeita, Maria do Carmo, e o Vice-Prefeito, Alex Amaral, administram a cidade para todas e todos, mas sobretudo para os excluídos e para os jovens, num projeto democrático popular. Por que os jovens? Veremos daqui a pouco que são eles que, realmente, estão sofrendo os maiores índices de violência. Nesse projeto, de fato, a população, a sociedade civil tem participado. Foram inúmeras conferências municipais. Neste ano tivemos a de saúde, da igualdade racial, da comunicação, da segurança pública e das cidades. Tivemos também a volta do Orçamento Participativo. Constroem-se obras físicas, mas a maior obra que consideramos é a construção da cidadania. Por meio da participação popular em conferências, nos conselhos, no Orçamento Participativo, é a população que discute, que define prioridades.

Um dos problemas da nossa cidade é a saúde. A estrutura física foi construída há mais de 15 anos para 200 mil habitantes, hoje temos 450 mil. Atualmente foram programados e estão sendo elaborados projetos para ampliação da rede física, com mais quatro unidades de atendimento imediato, no mínimo, além de outras Unidades Básicas de Saúde - UBSS. Tem sido feito um esforço concentrado para essa área.

Um outro ponto é a questão de segurança. Betim chegou a ocupar, em 2007 e 2008, o 1º lugar em número de homicídios de jovens no Estado. Então, num esforço concentrado, passou agora à 19ª posição. É um posto ainda muito alto, mas já está em declínio. Lembro-me bem de que, num evento na Câmara Municipal ao qual eu estava presente, já tendo sido Vereadora por dois mandatos, argumentei que precisávamos ter as três esferas do poder integradas, pois o problema da violência era muito grave naquele momento, e ainda continua. Um político me ironizou dizendo que eu não entendia nada de segurança pública e nunca tinha feito nada por ela.

Hoje, sinto-me gratificada por participar da Comissão de Segurança Pública como Vice-Presidente e por estar vendo em Betim a integração das três esferas de poder: federal, estadual e municipal. Ressalto que o governo municipal viabilizou condições para que houvesse essa integração e que a sociedade civil participou constantemente para combater a violência. Registro, ainda, que inúmeros projetos sociais de prevenção estão sendo desenvolvidos - como disse, numa integração das três esferas de poder. Se as coisas ocorrem no Município, certamente o governo municipal está trabalhando para essa integração. Há inúmeros projetos de prevenção apoiados pelos governos federal e estadual e executados pelo governo municipal, como a Escola de Gente. Já há 10 escolas de tempo integral, e, no próximo ano, haverá aproximadamente 30 escolas. Há também uma escola técnica - Cefet -, creches, programas como o Fica Vivo, Núcleo de Prevenção à Violência, ProJovem e Pronasci. Há um trabalho também para humanização do Ceresp, com organização de uma biblioteca e de uma fábrica de blocos, em parceria com os empresários. Está sendo planejada a construção no Ceresp, a partir de janeiro, de um galpão para profissionalização dos detentos. Então, trata-se de ações conjuntas para construirmos uma cultura da paz, o que depende de um trabalho árduo, que precisa de todos e de todas, da Situação e da Oposição. A cidade não pode abrir mão de ninguém. Todos e todas são muito importantes, ou seja, os que residem na cidade, os que a representam e os que não residem nela, mas que com ela queiram comprometer-se, a fim de que, nesses 71 anos de emancipação, possa continuar dando passos largos na construção da fraternidade.

Betim consolida-se como segunda potência da economia mineira. É uma das cidades que mais cresce no Brasil, com PIB de R\$19.000.000.000,00 o que representa 9% da riqueza produzida em Minas Gerais. Esta é Betim, que avança na atração de empresas e investimentos. A cidade está em segundo lugar em arrecadação no Estado, atrás apenas da Capital, Belo Horizonte. Mesmo com a crise internacional que assolou o mundo, o Município se reergueu, chegando a arrecadar, até outubro deste ano, R\$835.000.000,00. A Fiat Automóveis e a Refinaria Gabriel Passos são exemplos de que a cidade tem localização privilegiada, o que facilita o escoamento e a logística, em função de rodovias federais e estaduais que a cortam. Estão em fase de criação mais três parques industriais: dois nos Bairros Citrolândia e Bandeirinhas e outro às margens da BR-262.

A cidade, que completa hoje 71 anos de emancipação, surgiu por conta dos bandeirantes que a utilizavam como parada estratégica, durante o ciclo do ouro. É por causa dessa história que Betim também ganhou contornos turísticos, com prédios e igrejas históricas - como a Casa da Cultura Josephina Bento -, que convivem com o crescimento da cidade no decorrer de três séculos de suas primeiras edificações. A cidade apresenta forte potencial turístico. O caminho de Santa Quitéria, estrada de terra que ainda liga a cidade à vizinha Esmeraldas, à qual Betim já pertenceu, é uma viagem ao passado com imagens belíssimas, compostas por casarões antigos, cachoeiras, animais silvestres e um cenário repleto de natureza, paisagem predominante da Serra Negra. Ainda compõem o leque de atrativos turísticos o Kartódromo Internacional de Betim, a represa Várzea das Flores e o Parque Ecológico Vale Verde. As instituições sociais, como a Missão Ramacrisna e o Salão do Encontro, por meio do artesanato, realizam inclusão social de crianças, adultos e jovens. As duas ONGs são apoiadas pelo projeto Criança Esperança e hoje comercializam os seus produtos em todo o País e até no exterior. Há ainda inúmeras instituições como a Arca, o Centro de Defesa de Direitos Humanos, o Pró-Viver, entre outros.

O Município ainda tem ganhado espaço como força econômica agropecuária, com área rural preenchida com agropecuária em expansão e com relevância no mercado nacional.

Também, nesse aniversário, Betim ganha ônibus com visual moderno e equipados com elevador para deficientes físicos. Mais da metade dos 101 ônibus que fazem o transporte coletivo de Betim começa a circular com nova pintura a partir da próxima sexta-feira, dia 18. Inicialmente 60 veículos receberão novas cores - amarelo e azul - e elementos gráficos que representam os usuários e a Casa da Cultura Josephina Bento. Desse total, 37 ônibus têm elevadores que facilitam o acesso de portadores de necessidades especiais, garantindo-se que pelo menos um veículo com equipamento sirva a cada uma das linhas que circulam na cidade. Esta é a primeira vez que os passageiros com mobilidade reduzida terão acesso facilitado ao embarcar nos ônibus de Betim. Segundo a Transbetim, a empresa adquiriu mais 16 ônibus para reforçar os quadros de horário e substituir os carros que apresentarem problemas mecânicos.

Muito importante: o amor do povo que vive em Betim. Betim, como já disse, faz hoje 71 anos. A data tem forte significação política, pois marca a emancipação do antigo arraial Capela Nova, ponto de parada para tropeiros no século XVIII, que cresceu e se transformou na Grande Betim. Mas, do ponto de vista humano e social, pensando a cidade como uma grande rede, Betim tem hoje mais um motivo para comemorar: o amor que lhe é dedicado pelo seu povo. Pelas ruas, escolas, postos de saúde, ginásios, praças e outros espaços públicos do Município circula uma população que tem orgulho de ser betinense e tem forte sentimento de pertencimento à cidade. Prova disso é a pesquisa feita em julho deste ano, cujo resultado mostra que 89% do povo de Betim gosta ou gosta muito de morar no Município. Os dados, vistos como números, são apenas estatísticas, mas, analisados no contexto cotidiano, revelam que, ainda que estejam morando em uma cidade com problemas nas áreas da saúde e segurança, como também mostra o estudo, mesmo querendo mais creches, escolas, esporte e lazer, a população de Betim orgulha-se de viver nesta cidade, que tem vida própria, economia latente e anseio por uma realidade mais justa para seu povo. E, para mudar esse quadro, muitas pessoas têm trabalhado. A Prefeitura, forte aliada da comunidade, tem mostrado todo o seu empenho para ouvir e atender as demandas de cada uma das oito regiões de Betim, como mencionei, até mesmo em uma integração com as esferas federal e estadual. Cidadãos comuns, entidades, empresas e outras organizações também têm seguido o mesmo caminho.

Betim comemora 71 anos em grande estilo, com atividades culturais e educativas em todas as regiões da cidade. O público betinense pode apreciar exposições e falas. Hoje teremos, no Divino Braga, nosso espaço poliesportivo, uma ação de celebração de Natal e do dia em que comemoramos 71 anos de nossa cidade.

Como Deputada e, neste dia, falando especificamente de Betim, onde resido há mais de 40 anos, às vésperas do Natal peço ao Menino Deus e a Nossa Senhora do Carmo, nossa padroeira, que abençoe a nossa cidade. Que as luzes festivas que iluminam vários pontos das regionais simbolizem não só as luzes físicas, mas também as do Natal do Menino Deus. Que renove as forças de todos os governantes, lideranças, homens e mulheres de boa vontade que têm lutado por uma Betim que reúna a cultura da paz, a fraternidade e o desenvolvimento sustentável.

Nossa cidade é privilegiada por ter quatro Deputados Estaduais: eu, Maria Tereza, os Deputados Rômulo Veneroso, Ivair Nogueira e Pinduca. Espero que possamos realmente contribuir para nossa cidade, que merece de nós todo o respeito e o empenho, para construir esse respeito entre nós. Esperamos construir esta cidade onde reine a cultura da paz. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa, amigos que nos acompanham das galerias e por meio da TV Assembleia, antes de iniciar meu pronunciamento, parabênz a Deputada Maria Tereza Lara, que me antecedeu, por suas palavras, parabenizando, por meio dela, a cidade de Betim, onde tenho também tantas e tantas famílias queridas, com as quais convivo sempre, pelos seus 71 anos de emancipação. Parabéns a Betim e a seus moradores, cidadãos que conosco convivem e os quais representamos. Parabéns à querida Deputada Maria Tereza Lara por suas palavras com quem também, em Betim, tenho sempre atuado e apoiado suas ações, que são sempre na busca do bem comum.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Sr. Deputado, gostaria de dizer de público que, além dos Deputados que lá residem, V. Exa., Deputado Eros Biondini, também tem participado e contribuído para o desenvolvimento de Betim. Muito obrigada.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputada, pelo carinho. Volto a dizer que V. Exa. e os demais que lá atuam diretamente têm tido papel muito importante no crescimento dessa cidade, que hoje comemora seus 71 anos de emancipação. Comprometo-me, cada vez mais, com o Município de Betim.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é a avaliação deste nosso terceiro ano da 16ª Legislatura, que ora finda. No nosso julgamento, na nossa reflexão, foi ano de vitória; é claro que de muitas lutas e dificuldades, algumas delas ainda sem solução, mas esperamos que todas as reivindicações trazidas ao nosso Plenário, à Casa do povo sejam ouvidas e debatidas o quanto antes, porque tratam de necessidades básicas dos pais de família, de funcionários públicos, de pessoas contratadas. Enfim, esperamos que sejam carinhosamente analisadas e tenhamos as soluções mais adequadas possíveis. Sr. Presidente, ao fazer avaliação da 16ª Legislatura neste terceiro ano, percebemos que foi ano de muita produção legislativa para este Deputado. Neste ano, tive a alegria de ter três projetos de lei aprovados em 1º e 2º turnos nesta Casa e sancionados pelo nosso querido Governador Aécio Neves. Eles foram convertidos em leis. Espero que amanhã aprofremos em 2º turno importante projeto que estou trazendo hoje ao Plenário.

A última delas foi a Lei nº 18.511/2009, oriunda do Projeto de Lei nº 16/2007, que apresentamos em 2007. Uma lei, Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rêmoló Aloise e Célio Moreira - que dão especial atenção ao meu pronunciamento -, que foi muito elogiada pelos nossos nobres pares. Estou-me referindo à lei que obriga à implantação da coleta seletiva nos "shopping centers". Esse projeto de lei foi um dos primeiros a ser apresentado nesta legislatura, ou seja, o 16º projeto apresentado, em ordem numérica, nesta Casa. Acompanhei, com muito carinho, a tramitação desse projeto durante esses três anos, discutindo, debatendo e recebendo emendas dos nobres colegas. Enfim, conseguimos aprová-lo em 2º turno. Um projeto que tem sido muito reconhecido e elogiado e que, quando transformado em lei, certamente trará grandes benefícios para nossa sociedade.

Abro parênteses para dizer que atualmente, em Copenhague, tem-se discutido, de maneira incisiva, a proteção ao meio ambiente. Voltando ao que estava dizendo, além de ser lei de proteção ao meio ambiente, também é educativa, porque as famílias poderão comover-se e passar praticar isto em casa. É lei que, além de proporcionar diretamente alívio à poluição ambiental, com a diminuição do desperdício dos resíduos sólidos, também traz certa educação para as famílias. Assim sendo, seu desdobramento social é muito importante.

Deputado Rêmoló Aloise, a emenda apresentada por orientação da Arquidiocese de Belo Horizonte - o Deputado Célio Moreira constantemente acompanha nossa Arquidiocese - faz com que seja dada prioridade às entidades que reciclam o lixo, o resíduo sólido, como é o caso da Asmare, a associação dos catadores de papel. A coleta seletiva terá desdobramento social muito importante, e certamente milhares de pessoas serão beneficiadas direta ou indiretamente. Portanto, ao final deste terceiro ano da 16ª Legislatura, celebro e compartilho com V. Exas. esta vitória da aprovação desse projeto de lei e da sua conversão na Lei nº 18.511, projeto realmente importante.

Outro projeto de lei que se transformou numa lei igualmente importante, Deputado Doutor Viana, é o Projeto de Lei nº 972/2007, também apresentado no início da nossa legislatura. Durante sua tramitação, nós o acompanhamos muito de perto, por ser ele nossa bandeira e por se tratar da defesa da vida, das crianças, dos recém-nascidos, dos nascituros e das mães de família, que são os beneficiados. Deputado Getúlio Neiva, o Projeto de Lei nº 972/2007, que se converteu na Lei nº 18.367, de 2009, dispõe sobre a identificação e a segurança do recém-nascido nos hospitais e nas maternidades do Estado. É projeto de lei que vem resguardar a identificação do recém-nascido, por isso traz maior

segurança às mães e aos bebês, pois garante a identificação da mãe e do filho, assim que ele nasce. O objetivo dessa lei é tornar essa identificação inviolável, consequentemente evitando a troca e o sequestro de algumas crianças em maternidade, o que não é raro de acontecer, e também evitando alguns outros problemas afins.

Esse projeto de lei também nos deu alegria muito grande, Sr. Presidente, porque o vimos aprovado e elogiado pelos nobres pares. Foi projeto que, de maneira muito especial, brotou no coração da nossa equipe, da minha equipe de gabinete. Quero aqui salientar o papel dos nossos assessores, que sempre nos apoiam e nos ajudam a estudar, a pesquisar e a pensar os projetos de lei. Minha assessora Rosely, que diuturnamente está elaborando os projetos comigo, com todo o carinho e afincos, realmente busca o que há de melhor e de mais necessário quando ouvimos a sociedade. Quero fazer justiça à assessora, que me acompanha, principalmente à Dra. Rosely, que é excelente advogada e conhecedora profunda dos assuntos legislativos. Esse projeto de lei, Deputado, alegrou-me muito.

Outro projeto de lei que apresentei em 2007 também se converteu em lei: o projeto que trata das normas de execução penal, cuja tramitação nesta Casa acompanhamos durante todos esses três anos. O mais interessante, Deputados, é que, durante a tramitação, por algumas vezes conversei com o governo sobre a importância desse projeto, que tratava da assistência às gestantes privadas de liberdade, às detentas grávidas, lactantes e com crianças de até 2 anos. Eu pleiteava assistência que lhes proporcionasse deixarem a penitenciária, a delegacia ou o ambiente de detenção em que estivessem no período em que ganhassem sua criança, a fim de dar início de vida mais digno aos bebês, proporcionando assim maior expectativa, esperança maior. Isso para que não só a mãe tivesse possibilidade de regeneração, de recuperação, mas também aquela criança tivesse o amor materno inicial, que julgamos ser fundamental. O que aconteceu nestas discussões? O governo, sensível a isso, simultaneamente à tramitação do projeto, começou pesquisa, estudo a fim de construir o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, o que aconteceu no início deste ano, concomitantemente à aprovação e à sanção da lei. Isso me alegrou porque foi discussão que ultrapassou os limites da Assembleia e, com o apoio de V. Exas., chegou aos executores. E não foi necessário aprovarmos a lei, como normalmente acontece, vê-la sancionada e batalharmos para sua execução, para sua aplicabilidade. O que aconteceu com a Lei nº 18.029, de 2009, oriunda do Projeto de Lei nº 1.957/2007? Assim que foi aprovada e sancionada, estava quase sendo inaugurado o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. Até estarei lá, no próximo dia 23, fazendo visita de Natal - fizemos outras visitas durante o ano. A capacidade desse Centro é de 50 detentas, mas hoje estão lá 48. Sempre reivindicamos ao governo, ao Secretário que aumentemos a capacidade de receber essas mães. Estamos muito satisfeitos porque, simultaneamente à aprovação, tivemos a lei praticamente atendida por meio desse Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade.

Sr. Presidente, ao avaliar o ano de 2009, não obstante termos enfrentado tantos problemas, dificuldades de todos os tipos, temos o que celebrar, o que comemorar, porque são projetos importantes para a sociedade, de relevância social. Agora fico aguardando a aprovação, em 1º e 2º turnos, ainda no final destes trabalhos, de projeto de lei muito importante que apresentei na Casa e que trata do tema, da problemática dos crimes ligados à pedofilia.

Tenho esperança, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de que até amanhã consigamos aprovar, em 1º e 2º turnos, esse importante projeto de minha autoria que trata dos crimes ligados à pedofilia, para, aí sim, encaminhá-lo ao governo para que seja sancionado nos próximos 30 dias.

Espero que iniciemos o ano de 2010 com a mesma garra, força e entusiasmo com que terminamos 2009, pois, por mais que tenhamos feito, ainda há muito a ser feito; ainda há um povo que espera por nós, que espera por celeridade em políticas públicas que venham a gerar o bem comum. Agradeço a cada cidade e região que me recebeu em 2009. Visitei todas as regiões do Estado neste ano e quero agradecer, do fundo do coração, o carinho com que as famílias, entidades, associações, asilos e conferências vicentinas, as pastorais - como a Familiar e a da Sobriedade -, e os movimentos - como a Renovação Carismática e o Canção Nova - me receberam nesse período. Talvez em meu último pronunciamento deste ano, deixo aqui os meus votos de um feliz Natal, com muita fé no coração, e um ano de 2010 cheio de bênçãos e vitórias para todos nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva* - Sr. Presidente, o tema que me traz a esta tribuna é consequência de outro que abordei ainda nesta semana, relacionado com o Município de Itaipé. Tivemos um problema sério de desconhecimento da estrutura geográfica do Estado de Minas Gerais por parte do Ministério da Agricultura, que, no zoneamento agrícola, excluiu 15 Municípios do Vale do Mucuri, região que tem precipitação pluviométrica diferenciada da do Vale do Jequitinhonha e que, tradicionalmente, desde a criação da cidade de Teófilo Otôni, a Nova Filadélfia, e desde a criação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, é produtora e exportadora de café. Ainda assim, fomos excluídos, sem muitas explicações, e até passando-se por cima dos dados apresentados pela Emater-MG ao governo federal. Fomos excluídos e estamos com dificuldades em 15 Municípios, com os fazendeiros com o custeio do café e sem acesso ao Funcafé.

Mais interessante do que isso, Sr. Presidente, é que na bela conferência de Copenhague, de que participam 785 pessoas do governo do Brasil, até agora não chegaram à discussão de um aspecto fundamental em relação à grande pecuária do nosso país. O Brasil é o 2º maior produtor do mundo de carne bovina, podendo chegar ao 1º lugar. No entanto, até hoje, quando se fala em ecologia, manutenção do ecossistema, aproveitamento de energia renovável, não se buscou uma solução para o gás metano. Ainda ontem vimos na televisão uma reportagem sobre o gás metano aproveitado dos lixões de São Paulo, mas ninguém ainda se preocupou com isso. Em Itaipé temos o projetão de um biodigestor em que se utiliza excremento de boi. Já que estamos nessa fase de falar em fezes e em merda, seria interessante que o governo começasse a verificar o potencial produtivo de gás metano para a energia elétrica. Encaminhamos esse assunto à Secretaria de Agricultura e à Cemig, mas até agora não tivemos uma resposta. Temos ali um trabalho bem-feito por um norte-americano de nome John (...), da Minusa Coffee, que, além de produzir café, tem uma grande produção de leite tipo A e está aproveitando esse seu biodigestor, mas jogando fora todo o gás metano - e ficamos vendo aquela chaminha acesa permanentemente. O interessante é que com 100 vacas apenas é possível produzir gás metano suficiente para abastecer de energia a própria cidade de Itaipé. Mas ainda não conseguimos sensibilizar as pessoas para o aproveitamento do gás metano.

O Brasil é um país interessante: estamos muito preocupados com a camada do pré-sal e com a produção de petróleo, quando temos energias renováveis que podem ser fortemente ampliadas.

A previsão é que se dobre a produção de cana. Enquanto estivermos com esses desgastes, enxergando de forma caolha o assunto, teremos graves problemas.

Reporto-me ao raciocínio desenvolvido pelas pessoas com referência ao aquecimento global. Estava escutando o Dr. Carlos Molion, meteorologista famoso e importante no Brasil, que não foi sequer convidado a fazer parte da equipe dos 785 membros do governo federal que foram a Copenhague. Ele é a maior autoridade em meteorologia das Américas, que diz que estão todos enganados em relação ao aquecimento global. É algo cíclico, estudado desde tempos memoriais, desde 1860. São ciclos, e, em verdade, está havendo desaquecimento global, já chegou ao pico e está desaquecendo.

No Brasil, minha preocupação é com o sistema de meio ambiente e ecologia. O potencial que temos de produzir gás metano é fantástico. Temos o 2º maior rebanho do mundo e podemos produzir, por meio do metano, energia elétrica, gás liquefeito, gás para tocar nossos automóveis. O exemplo está em Itaipé, com o biodigestor funcionando. Podem falar que biodigestor é negócio antigo, e é, pois a Índia fazia energia com biodigestor há 2 mil anos. Por que nos esquecemos do fenômeno do Proálcool, que chegou a abastecer 70% da frota brasileira na década de 70? Por que nos esquecemos deste potencial fantástico de metano que temos para aproveitar, em vez de dizer que tiraremos o povo

da merda? Por que não usar a merda para fazer energia? Por que não utilizar o gás metano? É essa minha preocupação. Queria fazer pronunciamento mais longo, mas estamos na reta final e temos pouco tempo. Deixo o recado: em vez de dizermos que tiraremos o povo da merda, vamos usar a merda que está disponível nos campos brasileiros para produzir energia. Vamos utilizar o gás metano, em vez de dizer que o arrotto da vaca acabará com a estrutura da biosfera. Vamos quebrar a camada de ozônio, porque o arrotto dos bois, das vacas e dos porcos vai dilapidar toda a camada de proteção da biosfera!

Estas coisas são interessantes. O Brasil é país muito esquisito, onde se vai na onda do ambientalista sem olhar os outros aspectos que poderíamos aproveitar. Em vez de simplesmente falar que o desmatamento acabará com a estrutura ecológica do Brasil, que o País se aquecerá, devíamos buscar as alternativas que temos e viabilizá-las, mostrando, de forma clara, que este é país de gente inteligente, e não de burros. O Brasil precisa aproveitar suas potencialidades, principalmente uma oportunidade como esta. Sabemos que, no Rio Grande do Sul, já estão aproveitando o metano para a produção de energia. Mas aqui o projeto que conhecemos não é aproveitado. Apesar do interesse do Secretário de Agricultura, não conseguimos sensibilizar a Cemig para o aproveitamento dessa energia, para fazer subestação para servir de piloto, demonstrando para o Brasil que Minas tem soluções para a produção de energia limpa.

Este é o propósito do meu discurso, e me comprometo a fazer outro mais alongado, com dados técnicos e números, em outra oportunidade, uma vez que estamos praticamente na penúltima reunião deste ano. Mas é importante ressaltar que não podemos deixar que as pessoas acreditem que o Brasil não tem competência intelectual para buscar soluções para seus problemas ecológicos. Temos sim. Os 785 emissários do Brasil que estão em Copenhague não levaram o maior entendedor das Américas em questão climática, o Dr. Carlos Molion. Faça apenas registro, para que, no próximo ano, voltemos a comentar esse assunto. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, uso a tribuna nesta oportunidade, no encerramento de mais um ano legislativo, para fazer um balanço de várias atividades que nortearam nossos trabalhos durante este ano. Em primeiro lugar, gostaria de destacar o papel importante que a nossa Comissão de Justiça teve. Vejo os colegas Deputados Sebastião Costa, Chico Uejo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Delvito Alves, a quem quero agradecer de pronto pela participação efetiva na Comissão de Justiça durante as atividades parlamentares realizadas este ano. Tivemos 796 projetos aprovados, com 437 projetos transformados em normas jurídicas. Esse é um número, sem dúvida, elevado, dado o interesse e a postura dos parlamentares, do governo, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Ao analisarmos, Sr. Presidente, cerca de 800 propostas, tivemos um aproveitamento excepcional das matérias que foram apreciadas.

Neste momento, gostaria de agradecer, na pessoa da Dra. Ângela Renaut, a todos os nossos Consultores e assessores, que participaram ativamente dos trabalhos da Comissão de Justiça, na qual realizamos mais de 30 reuniões ordinárias e extraordinárias, dando visibilidade e alimentando este Plenário com tantas e tantas proposições. Faço este registro com muita alegria e satisfação, para demonstrar o trabalho excepcional dos nossos companheiros, que estiveram à frente da nossa Comissão de Justiça.

Gostaria também de registrar o papel importante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que tem como Presidente o Deputado Ruy Muniz, da qual também tenho a honra de ser membro, juntamente com a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e Deiró Marra. Realizamos inúmeras audiências públicas debatendo as ações da educação do nosso Estado. A Comissão de Justiça, que tenho a honra de presidir, como a Comissão de Educação, da qual sou membro efetivo, trabalharam muito. Todos os projetos foram cuidadosamente analisados e encaminhados de forma muito condensada, de forma jurídica, constitucional e legal.

Gostaria ainda de fazer outros registros importantes. Em primeiro lugar, quero destacar a presença honrosa do Prof. Anastasia, nosso Vice-Governador, que esteve há poucos dias em minha terra natal, inaugurando o Aeroporto Prefeito Paulo Clepf, antigo sonho da região. O antigo aeroporto foi revitalizado, reconstruído pelo governo Aécio Neves. Tivemos um prazer imenso ao receber o Vice-Governador, que entregou oficialmente essa importante obra para o desenvolvimento da minha querida Ouro Fino e de toda a região. Estiveram presentes mais de 34 Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas, oportunidade em que o Prof. Anastasia também foi distinguido com o título de Cidadão Honorário de Ouro Fino, minha terra natal.

Sem dúvida alguma, ele fez por merecer, tendo em vista o trabalho que desenvolve na minha terra e na nossa região sul-mineira.

Também quero destacar um fato importante em 2010, que será o estudo e o início das obras do novo aeroporto do Sul de Minas, em Itajubá, anunciado pelo Vice-Governador. Esse é um sonho de toda a comunidade. Itajubá hoje pertence a um polo tecnológico responsável pelo desenvolvimento da nossa região. Certamente, no início do ano que vem, haverá estudos e projetos para um aeroporto tão importante para o desenvolvimento das empresas. Hoje, há mais de 150 indústrias na cidade. É um eixo excepcional devido à sua localização, já que abrange o Vale do Paraíba, próximo a São Paulo, Belo Horizonte e o Rio de Janeiro. É uma aspiração antiga. O próprio Vice-Governador, reunido com o nosso Prefeito, Dr. Jorge Mouallem, a quem cumprimento, assim como com os nossos Vereadores, já assumiu o compromisso, em pronunciamento, de fazer com que o projeto tenha avanço. Conseqüentemente, teremos a inauguração desse importante meio de desenvolvimento da região de Itajubá.

Quero também destacar e agradecer ao nosso Governador Aécio Neves, bem como ao Vice-Governador, a iniciativa, determinando o estudo imediato do projeto da estrada de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal. Essa também é uma reivindicação de longos e longos anos. Desde que chegamos ao Parlamento, temos cobrado essa estrada, que liga o Leste paulista a Espírito Santo do Pinhal. Temos o início da pavimentação do trecho de Jacutinga a Albertina. Conseqüentemente, no ano que vem, com o projeto preparado, será executada a obra de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, por meio de um trabalho muito decidido dos Prefeitos Darci de Moraes Cardoso e Enivaldo e dos Vereadores. Toda a comunidade está irmanada nessa vontade de conseguir o asfaltamento dessa estrada, que, com certeza, será um vetor de desenvolvimento, especialmente para o transporte de alunos universitários que estudam em Pinhal ou em outras cidades paulistas.

Agradeço ao Vice-Governador, que foi a Jacutinga abrir oficialmente a FestMalhas. Na ocasião, fizemos-lhe esse pedido, como o fizemos diversas vezes. Naquela época, já havia determinado o início das obras, que ocorrerá no ano que vem. O projeto está pronto.

Essa estrada é muito importante para todos nós do Sul de Minas e do Leste paulista.

Sr. Presidente, há outro fato importante que gostaria de citar: a inauguração dos presídios de Pouso Alegre e de Itajubá. Buscávamos, há muito tempo, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, ao governo, a construção dessas duas unidades prisionais. Conseguimos esse avanço graças à gestão forte do Dr. Maurício Campos, a quem também quero homenagear, e do próprio Governador. Conseguiremos inaugurá-las no mesmo dia. Sem dúvida alguma, hoje nossa região terá essas duas unidades importantes oferecendo, acima de tudo, garantia de segurança para a população, além de dignidade ao detento.

Hoje nossa região tem essas duas unidades importantes, oferecendo, acima de tudo, garantia e segurança para a população e a própria dignidade para o detento que cumpre pena. A presença do nosso Vice-Governador na nossa região foi momento importante para as comunidades de Itajubá e de Pouso Alegre.

Fato importante sobre o qual também gostaria de falar, Presidente, diz respeito à situação das nossas escolas estaduais. A Secretaria de Estado, por meio da Secretária Vanessa Guimarães, com o Dr. Gilberto Resende, com nossas Superintendências de Ensino de Caxambu, com o Prof. Marcelo Figueiredo; de Itajubá, com nossa Superintendente Valéria Borges; de Pouso Alegre, com a Profª Romilda dos Reis, não mediu esforços, em momento algum, para garantir junto ao governo Aécio Neves a construção de tantas e tantas escolas na nossa região. Posso dizer a todos da enorme satisfação de termos escolas estaduais, com rede física aparelhada, salas de informática, outros equipamentos, quadras e toda a estrutura. Este ano que encerramos foi muito positivo. Comemoramos esta determinação da Secretaria de Educação em relação ao início da construção de novas escolas e reformas. Temos o encaminhamento do início da escola estadual em Ipuíuna, que havia muito tempo buscava recursos. Graças ao nosso Governador e ao Vice-Governador, conseguimos estes recursos, e esta será uma das obras mais importantes do Sul de Minas.

Em breve, Presidente, o Sul de Minas terá também o prazer de recepcionar nosso Governador e nosso Vice-Governador para inaugurar nosso gasoduto. Esta plataforma está sendo edificada em Jacutinga, no Sul do Estado, na divisa com São Paulo. É plataforma que recebe todo o gás que vem de Paulínia, a 99km. Após o recebimento da plataforma de Jacutinga, abastecerá Andradas e Poços de Caldas com volume extraordinário de 1.250.000m³ de gás por hora. Hoje o investimento que o governo do Estado, a Gasmig está fazendo na nossa região é da ordem de R\$300.000.000,00, com uma das obras mais importantes para a região sul-mineira, garantindo assim a implantação de novas indústrias, o setor cerâmico de Andradas e de Poços de Caldas. Vencida esta etapa, teremos a plataforma 2, a ser instalada próxima à Fernão Dias, para abastecer as duas vertentes daquela rodovia, tanto Extrema quanto Varginha. Trata-se, senhores e senhoras, de um dos maiores investimentos que o governo do Estado tem feito pelo desenvolvimento da nossa região sul-mineira, com a instalação do gasoduto para todos nós.

Também destaco a melhoria que tivemos nas nossas unidades básicas de saúde. Por meio do Secretário Marcus Pestana, tivemos garantia de desenvolvimento para nossas unidades hospitalares. Faço referência especial à minha terra natal, Ouro Fino, onde tivemos investimento alto para a execução de obras do Pro-Hosp, da Santa Casa de Ouro Fino, como também de Pouso Alegre, com mais de R\$2.500.000,00 para o Hospital Samuel Libânio, que recebeu a visita do Vice-Governador e tem parceria com a Universidade do Vale do Sapucaí. Sem dúvida, neste ano, tivemos investimentos muito fortes na educação e na saúde, direcionados para melhor qualidade de vida da região sul-mineira, por meio de ações determinantes em todos os Municípios, por meio dos nossos Prefeitos, com unidades de saúde e execução de obras do Pro-Hosp.

Quero destacar, Sr. Presidente, com muita alegria, que amanhã, às 10 horas, no Palácio da Liberdade, o Governador Aécio Neves assinará um protocolo de intenções garantindo recursos para a nossa Helibrás. Há pouco tempo realizamos uma audiência pública na empresa em Itajubá para tratarmos do desenvolvimento desse polo aeronáutico extraordinário. A Helibrás é referência nacional e mundial na fabricação de helicópteros, tendo hoje a participação da Eurocopter, do governo do Estado e da iniciativa privada. Tivemos lá há pouco tempo a presença do Presidente Lula, do nosso Governador, de todos os agentes do governo, para que, unidos, garantíssemos recursos para a nossa Helibrás. Amanhã teremos a assinatura do protocolo garantindo, assim, novos empreendimentos para a empresa. Estarão presentes o Prefeito de Itajubá, Jorge Mohallem, e o Prefeito de Itanhandu, onde temos uma unidade de uma outra empresa que também fornece para a Helibrás, garantindo recursos para a construção das aeronaves.

Termino agradecendo, mais uma vez, a participação que tivemos do nosso gabinete. Saúdo e agradeço a todos os valerosos servidores do meu gabinete na pessoa do meu Chefe de Gabinete, Fabiany, pela especialíssima atenção durante esta caminhada que chega ao fim. Com certeza, foi vitoriosa. Valeu a pena, com tantas ações que empreendemos e com outras que desenvolveremos o ano que vem, se Deus quiser. É um grupo, sem dúvida alguma, coeso, unido, que trabalha para a nossa região.

Parabenizo V. Exa., Deputado Doutor Viana, por tantas reuniões que presidiu. Abraço as minhas amigas Deputadas e os meus amigos Deputados, pedindo a Deus um santo Natal com suas famílias. Agradeço a todos os servidores de todos os gabinetes e aos assessores. Esperamos que 2010 seja um ano de muitas realizações para todo o pessoal da TV Assembleia, para os operadores e para a imprensa. Enfim, é um momento importante, de reflexão, de olhar pelo retrovisor da história e dizer que valeu a pena este ano de 2009. Cumprimos e iremos cumprir com dignidade o nosso mandato, com a participação de todos os parlamentares em defesa do nosso querido povo do Sul de Minas.

Agradeço a minha família, a todos os que nos acompanharam no dia a dia, neste encerramento das nossas atividades parlamentares. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nossas colegas Deputadas e nossos colegas Deputados, saúdo todas as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, bem como pelas galerias, de modo especial os Agentes Penitenciários.

Sr. Presidente, estamos encerrando um ano de muito trabalho, e é muito bom chegar ao fim do ano e ter a consciência tranquila de, como Paulo, poder dizer: "Combati o bom combate, venci a corrida, guardei a fé". E a esperança. Nesse sentido, podemos considerar que avançamos em algumas coisas, tanto no processo legislativo como no trabalho da base, no trabalho político de apoio aos menos favorecidos.

É bem verdade que gostaríamos de estar comemorando maiores avanços, sobretudo em relação aos servidores públicos. Vejo que foi um ano muito ruim para os servidores públicos do Estado, muito ruim. E são milhares e milhares de servidores. Primeiro, congelados os salários, não houve reajuste algum. Isso desmotiva, de certa forma, o servidor público. Segundo, os equívocos que também houve. Situação muito concreta, cuja fase final está chegando, é a dos Agentes Penitenciários. Estamos terminando o ano com uma garantia do Secretário. Creio que amanhã será corrigida a publicação, no sentido de a maioria retornar, ser readmitida, como prevê a qualificação ou a requalificação. cremos que, do total, devemos chegar a 385, 390. Infelizmente isso não nos deixa tranquilos no sentido de dizer: "Ah, grande vitória!". Não dá, porque esta situação não deveria ter existido. Somente num governo militar, autoritário, há o impedimento de manifestações, de greves. Em governo democrático, isso é livre, a própria lei o prevê. Então parece que aqui vivemos num governo misto. Em alguns pontos, governo autoritário; em outros, governo extremamente liberal. Se pegarmos a relação do governo com as grandes empresas, o favoritismo que elas têm é algo de louco. A agilidade dos processos para as grandes empresas é algo fantástico. Aí é governo de excelência, eficiente na gestão. Agora, quando olhamos os servidores, os pequenos, que dependem do Estado, a situação é caótica. Basta nos lembrarmos da situação concreta da agricultura familiar. Há mais de dois anos, vimos debatendo. Houve audiência pública, decreto, outra publicação mais recente, para garantir a isenção do ICMS dos produtos da agricultura familiar - até a semana passada, isso não havia sido efetivado. Por quê? Embora haja lei, os responsáveis na Arrecadação Fazendária - AF - não tinham informação de como proceder. Ou seja, para o pequeno, é difícil, as coisas demoram dois, três, quatro anos para serem resolvidas. Mas foi esforço do nosso mandato o serviço aos menos favorecidos, sobretudo aos moradores do campo.

Outra conquista, também com intervenção nossa, insistência, com realização de audiência aqui e na própria Cemig, relaciona-se ao Luz para Todos.

Por falar em Cemig, o serviço dela está caótico. É absurdo o que vem acontecendo em Belo Horizonte e no interior. Se aqui, na Capital, acontece isso, imaginem no interior. Ficamos 6 horas, 12 horas sem energia. Todos os dias temos problemas em alguns bairros que ficam sem energia. Houve até mortes esta semana por causa de instalação malfeita e ruptura de cabo eletrificado. É uma situação crítica. De qualquer maneira, recebemos hoje a notícia de que se chegou ao entendimento no tocante ao terceiro convênio do Luz para Todos. Tivemos o primeiro e o segundo convênio. O segundo convênio tem previsão de cerca de 56 mil ligações, que estão em execução. Creio que dessas 56 mil ligações, não tenham sido executadas ainda nem 10 mil. Então, qual foi a conquista? O entendimento pré-licitação dessas 70 mil ligações. Segundo

informação que tivemos, chegou-se a um entendimento com a Eletrobrás a respeito do preço, do custo médio por ligação. Até dezembro de 2010, daremos um salto: em vez de 50 mil, serão 126 mil ligações. Esse número é, de certa forma, uma conquista para o mundo rural, e, nesse sentido, garantiremos, quando houver avanço, um projeto que autorizamos aqui, segundo o qual a Cemig deverá entrar também no serviço de telecomunicação e informação. Isso significa que, onde há Cemig e, então, energia, há também os serviços de internet. É verdade que fizemos a ressalva, portanto, insistimos na aprovação desse projeto, bem como na tomada de providências para a licitação desses outros 70 mil pontos de ligação.

Infelizmente não avançamos em relação à situação dos servidores da Cidade Administrativa. Tivemos uma audiência pública aqui e teríamos uma visita técnica, mas ela foi cancelada. Iremos realizá-la no início de fevereiro. Até foi bom não termos feito essa visita porque o próprio Governador foi lá para verificar pessoalmente a situação. A visita técnica foi adiada até mesmo porque havia muito barro, muita lama. Espero que ele tenha feito o percurso de carro, e não de helicóptero, pois, dessa forma, terá podido verificar o trânsito, a distância, o tempo que o servidor, que há 30 anos trabalha aqui e estruturou toda a sua vida na área central, levará para ir e vir. Acredito que ele ficará mais de hora no trânsito. Ficou acertado que no início do próximo ano faremos a visita técnica à Cidade Administrativa.

É importante salientar que anteontem tivemos as visitas técnicas às áreas atingidas pela enchente do dia 31 de dezembro. Foi uma decepção. No cruzamento da Avenida Teresa Cristina com a Rua Bom Sucesso não existe obra. Há processo de desapropriação, mas não há obra. A Prefeitura de Belo Horizonte assumiu o compromisso de que haveria todo um sistema de alerta para garantir que a comunidade, num momento de risco, num momento crítico, pudesse se retirar a tempo.

Do ano passado para este ano, houve três mortes. Gente, é uma vergonha o que existe lá! O que existe lá são placas dizendo: "Essa área oferece risco". Os moradores mais do que ninguém sabem que ali, na época da chuva, há risco para todos. As placas só podem servir para quem está passando por aqui. Talvez para alguém do Rio ou de outros Estados que estejam passando por Belo Horizonte elas sirvam, mas para nós, mineiros, e para a população de Belo Horizonte essas placas não servem para nada.

Eles alegaram: "Nós compramos os equipamentos". Ora, comprar equipamento foi garantido aqui no início do ano. Para que servem os equipamentos, se estão nos almoxarifados ou nos galpões? Os equipamentos deveriam estar no Arrudas, mesmo no Bom Sucesso. Lá no Ferrugem, é Contagem. Mas deveriam estar instalados para garantir. Disseram: "Mas as chuvas vieram mais cedo". Gente, temos de ter previsão de chuvas! O final do ano é período de chuvas. Não há desculpa. Vemos descaso e desrespeito para com os moradores do Betânia, da margem do Arrudas, sobretudo da Av. Teresa Cristina. Daí, a nossa decepção.

É verdade que temos certa esperança. Visitei a barragem na nascente do Bom Sucesso, na cabeceira, onde, de fato, há uma grande barragem que acredito comportará em torno de 150.000m³ de água, conterà e liberará as águas aos poucos para que o rio não suba de uma hora para outra. Avançamos também em nossa atuação com o debate. Quando alertamos aos que devem também avançar na execução, no caso, não houve avanço por parte do governo do Estado em relação aos servidores que irão para Cidade Administrativa nem em relação à segurança para os moradores dessas áreas de risco aqui em Belo Horizonte. No início do ano, teremos uma grande audiência pública com os moradores de Contagem, de Belo Horizonte, para criar um grupo de trabalho que se reunirá no mínimo uma vez por mês, para acompanhar as obras estruturantes. Não queremos chegar ao final de 2010 e ser surpreendidos com nada feito. Avançamos também em relação às escolas famílias agrícolas. Os recursos são repassados em dois momentos ao ano pelo Fundeb. O mesmo repasse para as escolas municipais é repassado a essas escolas mantidas pelas entidades de pais e alunos. Além disso, há convênios, tratados pelo Deputado André Quintão, grande defensor das escolas famílias agrícolas, e podem-se também celebrar convênios para reforma e adaptação das suas instalações. Concluindo, quero falar da nossa contribuição ao Código Florestal, equivalente a lei. É uma pena, porque da nossa parte a gente faz, mas o Executivo não implementa. Apresentamos uma emenda de nossa autoria que considera de utilidade pública, de interesse social as áreas destinadas a reforma agrária. Se o IEF implementasse e respeitasse essa lei, que foi votada aqui, estaríamos resolvendo a situação de todos os assentamentos. São dezenas e dezenas de assentamentos que não têm licença ambiental para desmate e para área agricultável. Não queremos desmate em área de reserva legal, nem de reserva permanente, e sim, naquelas áreas agricultáveis que foram parceladas e destinadas à agricultura, e a emenda que fizemos resolve essa situação, basta querer e ter boa vontade, mas o governo não tem interesse de resolver essa situação. Ele prefere que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais migrem para outros Estados em busca de trabalho. É lamentável. Desejo a todos que a conclusão desse trabalho seja feita de forma tranquila. Existe uma frase na Câmara Municipal de Ouro Branco que diz que as divergências e os debates nunca devem transformar-se em hostilidades. Aliás, hostilidade é algo que não deve existir entre nós. Divergência, sim. Temos divergências ideológicas, na concepção e no funcionamento do Estado, mas o respeito para com cada um é indispensável. Obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas considerações.

O Deputado Durval Ângelo* - Tenho 1 hora? Mudou o Regimento? Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o Projeto de Lei nº 3.959/2009, do Governador, tem importância fundamental para Minas Gerais. Talvez seja um dos projetos mais importantes que o Governador encaminhou neste final de ano. Por isso merece destaque para que, como Poder Legislativo, tenhamos clareza e pleno conhecimento do que estamos votando. Talvez o Governador, muito preocupado com a realidade de Minas no momento em que encaminhou esse projeto no dia 5 de novembro, tivesse expectativa e esperança de ser candidato à Presidência da República, o que talvez ele tenha de esperar agora por 12 anos, pois serão 4 anos do mandato da Dilma e mais 8 do Presidente Lula. Portanto, daqui a 12 anos ele poderá almejar ao cargo ao qual ele desistiu hoje de candidatar-se. Talvez seja um projeto que ele levasse com toda certeza, caso fosse candidato a Governador do Planalto, para ser apresentado como Presidente. No entanto, como ele não é mais candidato à Presidência, comentaremos sobre o Projeto nº 3.959/2009 no âmbito do governo do Estado. Vemos uma preocupação enorme do Governador com a denominação de estabelecimento, instituição e o próprio público do Estado de Minas Gerais, em que estabelece uma medida de um alcance social e administrativo dos mais expressivos do Estado. O art. 2º estabelece: "A escolha da denominação de que trata essa lei recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade ou evento de valor histórico.". Importante destacarmos a palavra "falecido". O Governador está-se reportando à legislação federal que já determina que só se pode dar o próprio público nome de alguém que já tenha falecido. Aliás, exige-se na apresentação dos projetos de lei a certidão de óbito. Olha o absurdo. Este Deputado esteve em um fórum, na última sexta-feira, em Rio Pardo de Minas, e o fórum tinha o nome de um ex-Desembargador e ex-Presidente do Tribunal de Justiça que ainda está vivo. Observem que a lei é desrespeitada em Minas Gerais. Por sinal, trata-se de um grande Presidente do Tribunal. Será que essa lei apresentada pelo Governador terá o mesmo destino da legislação federal que determina esse procedimento para Estados e Municípios?

O Deputado Adalclever Lopes sabe muito bem que em nossa região se colocam em ginásios poliesportivos nomes de pessoas que estão vivas. Interessante que as leis municipais mostram como a legislação aqui é ferida. Lutamos muito contra isso, até porque queremos que nossos Deputados Federais estejam bem vivos e presentes na história. Isso acontece pelo Leste de Minas Gerais. Agora, o mais absurdo. O Deputado Ademir Lucas teve oportunidade de sancionar um projeto em 1989, quando era Prefeito de Contagem, e eu, Vereador na municipalidade. Uma rua do Bairro Kennedy, em Contagem, próxima ao Ceasa, tinha o nome de Rua Governador Newton Cardoso, ou seja, tínhamos uma legislação federal que proibia que pessoas vivas dessem nomes a rua, e este Deputado apresentou o primeiro projeto de lei no Legislativo de Contagem - há 21 anos -, transformando o nome dessa rua em Rua da Democracia, entendendo que ela não poderia ter o nome do ex-Governador e ex-Prefeito Newton Cardoso. Então, o meu receio, Srs. Deputados, é que esse projeto seja mais um texto de uma lei morta. Além do mais, o próprio Governador desobedece à atual legislação estadual. Ele deu nome a vários - são nomes até bonitos - viadutos e passarelas da Linha Verde, deu nomes de poetas e de escritores mineiros. Isso teria de ser feito por meio de projeto de lei, como determina a legislação específica, mas ele o fez por decreto, dando nomes a esses logradouros públicos numa via pública estadual, como a Linha Verde. Ele não poderia ter agido dessa forma. Penso que estamos aprovando uma matéria com um profundo e significativo interesse do povo de Minas Gerais, que talvez não seja realmente colocada em prática. Ele está modificando uma lei do Governador Itamar Franco, que tinha um detalhamento muito maior. Essa lei estabelecia que não se poderia ter no Município mais de um logradouro com o mesmo nome, da mesma personalidade, e quem apresentasse o projeto não poderia ter vínculo ideológico com o homenageado. Então, mesmo entendendo o alcance profundo de final do ano, em que tantas matérias estão em pauta, e essa preocupação do Governador de encaminhar esse projeto a esta Casa, quero fazer essa reflexão aqui: votemos, sim. Sejam favoráveis ao projeto, mas sabendo que a própria legislação atual não é cumprida. Até hoje, como fiz em Contagem ao

tirar de uma rua o nome de um ex-Governador, ex-Prefeito, vivo, e mudar para Rua da Democracia, que também tomássemos as mesmas medidas. No Leste de Minas, o Deputado Federal apresenta a emenda para se fazer o ginásio poliesportivo, e, embora vivo, a praça de esportes acaba sendo inaugurada com seu nome. Aliás temos também honrarias criadas em Minas Gerais, no âmbito do Judiciário, com o nome de Desembargadores vivos. Não poderiam ter sido criadas. Então, quero deixar bem claro que não se trata apenas de criarmos uma lei, termos uma norma jurídica positiva, mas termos a certeza de que essa norma será realmente cumprida e obedecida pelo poder público em Minas Gerais. Por isso penso que é importante - aliás, precisaria de mais 10 minutos - orientar o Sr. Presidente sobre a matéria em questão, mas farei em seguida ao encaminhamento, no momento das emendas. Vou encaminhar cada emenda em particular. Na hora das emendas, poderei clarear isso ao Sr. Presidente, que agora chega, dar um pouco de orientação sobre como votar a matéria de forma correta. Votaremos pelo "sim" com a ressalva de que temos de ter uma lei que, de fato, seja colocada em prática, que não seja apenas um texto morto e que não terá nenhuma exigência. Isso de alguma forma desmoraliza o Poder Legislativo, e não podemos admitir isso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - O Deputado Padre João está dizendo que estou quebrando o acordo do Bloco, está me fazendo ameaça. Acordo é cumprir o Regimento Interno. Deputado, não venha me ameaçar! O governo não cumpre quando diz que contratará Agente Penitenciário ou quando faz acordo conosco. Agora quer que cumpramos? É o Regimento Interno! Não me ameaça, porque não admito. Estou nesta Casa há 15 anos! Não é polícia bandida, não é criminoso, nem traficante que vão me ameaçar. Deputado, isso nunca! Usarei todos os momentos de que precisar.

O projeto da Mesa da Assembleia é de profundo interesse. Falta a assinatura do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Vou pedir à assessoria que colha essa assinatura, para que eu possa comentar o projeto. Apesar de ter a maioria da Mesa da Assembleia, seria para mim uma alegria e um prazer muito grande comentar um projeto em que também constasse a assinatura do Presidente. O projeto que foi aprovado pela Mesa tem a concordância dele; então, que ele o assinasse. Assim que ele o assinar, vou comentá-lo por entender que é de profundo interesse social e que merece ser refletido e discutido nesta Assembleia. Acho que realmente é uma questão que interessa aos parlamentares. Entendemos a justificativa do projeto que promove algumas alterações na estrutura de cargos e funções que integram o sistema de gerenciamento da Secretaria da Assembleia, uma vez que esta Casa vem intensificando e aprimorando as atividades de interlocução com a sociedade, de formação política do cidadão e de interiorização da atividade parlamentar, entre outras. E a justificativa assim se expressa. (- Lê:)

"O provimento de diversos cargos em várias especialidades, a partir da realização de recente concurso público, resultou no aprimoramento do quadro de pessoal da Assembleia. É crescente a necessidade de recrutamento de pessoal com qualificação compatível com a alta complexidade dos trabalhos da Casa, principalmente de elaboração legislativa e de fiscalização. Em decorrência desse processo, constata-se a necessidade de criação de setores especializados na execução de determinadas atividades, com o objetivo de obter graus mais elevados de produtividade, eficiência e eficácia na consecução dos trabalhos institucionais."

Como vemos, o que a Casa quer - e sabemos que isso é importante - é esse trabalho de interlocução com a sociedade de forma eficiente. Se há um Poder Legislativo que sente orgulho do seu quadro de servidores, é a Assembleia Legislativa. Algo importante de destacar é que a Assembleia tem conseguido, principalmente nesta Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho, com um processo realizado com muita competência e muita seriedade, intensificar a interlocução com a sociedade mineira. Tanto assim é, que aqui vemos, todos os dias, diferentes setores que procuram este Poder na busca de solução para seus problemas. Não foi à toa que tivemos aqui ontem a Advocacia-Geral do Estado discutindo seus problemas, esta semana a Defensoria Pública e, há quase um mês, os Agentes Penitenciários procuraram esta Casa. Sabem que este Poder tem a obrigação e o dever de fazer a interlocução com a sociedade. Nossa legitimidade não se conquista somente com o voto: é um processo de legitimação permanente. Para isso o Poder tem de ter uma estrutura que realmente prime pela eficiência. Podemos ver todas essas melhorias no serviço pelos nossos órgãos de comunicação que, no último concurso público, praticamente preencheu toda a estrutura de comunicação da Assembleia com servidores efetivos. Hoje vemos a qualidade do rádio da Assembleia, das publicações escritas e da nossa TV Assembleia. Isso merece destaque, merece ser ressaltado como um valor enorme. Através de concurso público, a forma correta de primar por essa eficiência, hoje temos um sistema de comunicação invejável.

Apesar de termos antes, nas contratações temporárias, bons profissionais, as baixas remunerações, a insegurança no serviço levavam a uma perda de qualidade muito grande. E isso não podemos admitir nem permitir. Acho, então, que a forma de valorizarmos é como a Mesa da Assembleia vem fazendo.

Merece destaque também a assessoria das comissões. Hoje elas estão com um corpo técnico ampliado de novos aprovados no concurso público que se somaram ao corpo técnico anterior, que permite que as comissões tenham um poder de mobilidade muito maior e um poder de ação muito mais significativo.

O problema que temos hoje, uma insegurança no próprio sistema carcerário, é que a forma do preenchimento dos cargos é a título precário, sem concurso público. Há algum tempo era por indicação política de alguns Deputados. Não podemos permitir isso. Vemos que o concurso público veio muito tardiamente e o preenchimento de vagas é feito de forma insuficiente.

Queremos, então, destacar esse profissionalismo que o projeto da Mesa da Assembleia vem reforçar, ao modificar a estrutura administrativa. Então, essa Resolução nº 4.108 chega em boa hora neste Poder.

Continua a justificativa. (- Lê:)

"Em decorrência desse processo, constata-se a necessidade de criação de setores especializados na execução de determinadas atividades, com o objetivo de obter graus mais elevados de produtividade, eficiência e eficácia na consecução dos trabalhos institucionais."

Hoje tivemos oportunidade de, ao conversar com o Presidente da Assembleia Legislativa, elogiar o planejamento estratégico que ela desenvolve atualmente, as entrevistas que foram feitas com os Deputados, com os servidores de diferentes áreas da Assembleia, com setores da sociedade civil. Ouvíamos com interesse um posicionamento do Presidente segundo o qual é preciso melhorar e aperfeiçoar os trabalhos das comissões. Temos 19 comissões permanentes na Assembleia, que são incansáveis na luta, na interlocução, em audiências públicas. Disse ao Presidente que, muitas vezes, esse trabalho é feito isoladamente. Ele próprio nos falou sobre a criação dessas gerências para que esses trabalhos fossem feitos por setor. Por exemplo, haveria um setor de comissões de perfil mais técnico, voltado para a questão de fiscalização financeira e constitucionalidade; um voltado para as áreas sociais. Com isso, haveria um trabalho de transversalidade entre as comissões.

Eu dizia, também, ao Presidente que, muitas vezes, e foi algo que eu disse na entrevista, há uma política de resultados grandes das comissões, muitos problemas trazidos ao Poder Legislativo são resolvidos pelas audiências públicas, pelas mediações institucionais feitas nas comissões, mas que não são do conhecimento coletivo ou, muitas vezes, a própria Assembleia não aproveita esses elementos, essas energias fortes para realizar também um trabalho de divulgação. Muitas vezes a sociedade vê na ação do Plenário uma única ação possível e viável. Sempre digo que as Comissões Permanentes da Assembleia são a alma do Poder Legislativo. O Poder Legislativo, nessa interlocução, busca legitimidade, então é fundamental que tenhamos o quê? Profissionais competentes ocupando esses cargos. São cargos de recrutamento

limitado, importantes no sentido da valorização da carreira dos servidores efetivos do Poder. E hoje acontece até uma realidade: a Assembleia Legislativa tem perdido servidores competentes - o que é uma polêmica maior - para outros órgãos públicos, o que nós, a curto prazo, teremos de resolver, de enfrentar também. E a justificativa profunda: portanto, as transformações e criações de cargos e funções propostas têm o objetivo de adequar a estrutura organizacional ao modelo que hoje se vislumbra como ideal e que teve início com a edição da Deliberação da Mesa nº 2.401, de 16/7/2007. Foi isso que desencadeou todo esse processo interno de avaliação. Se quisermos, de alguma forma, que, talvez daqui a 10, 15, 20 anos, a sociedade não veja, não enxergue como desnecessário o Poder Legislativo, o Poder tem de pensar algo mais além dessa mera função de fazer leis; tem de haver uma fiscalização e uma prestação de contas com mais transparência; tem de ser valorizado e respeitado pela sociedade.

Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários dessa proposta, destacamos que não há nenhum óbice à sua tramitação, uma vez que a Assembleia Legislativa vem atendendo às exigências e aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. De acordo com o art. 20 dessa lei, as despesas com pessoal da ALMG podem chegar a 2,2272% do valor da Receita Corrente Líquida - RCL - do Estado; no entanto, dado o grande esforço deste Poder para manter o equilíbrio fiscal, verifica-se no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo ao período de janeiro a agosto de 2009 - disponível em sua página eletrônica - que o gasto da Secretaria da Assembleia Legislativa na área de pessoal, inclusive inativos e pensionistas, foi de 1,5518% em relação à RCL. Se forem deduzidos esses gastos, o índice passa a corresponder a 1,1721%. Portanto, vale destacar que esses índices se encontram muito abaixo até mesmo do limite prudencial previsto na RCL, que é de 2,1158%. Isso é importante, porque todos sabemos que hoje há órgãos no Estado, como o próprio Poder Executivo, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que têm chegado ou estourado o limite da LRF. Todos sabemos que aquela emenda de redução de 12% para 4% - projeto em tramitação nesta Casa -, pedida pelo Governador e relativa ao fundo de previdência é uma medida temerária; não sabemos como ficará a questão do fundo. Há estudo de um cálculo atuarial que não foi validado por uma auditoria interna séria. Sabemos que essa emenda visa resolver problemas dos outros Poderes, especialmente do Tribunal de Justiça. Tudo bem que o senhor Conselheiro desta Casa, que é o Deputado José Henrique, provou que a saúde do fundo criado em 2001, momento em que estávamos aqui, é robusta, mas procura adequar a questão de alguns órgãos à LRF. Não deixa de ser uma forma de mascarar a realidade. Aqui queremos deixar claro que a Assembleia não enfrenta esse problema. A partir de 2001, houve uma importante redução nos gastos do Poder Legislativo, e a atual Mesa vem trabalhando com muito rigor e com muita seriedade para cortar gastos significativos, mas nem por isso a Assembleia vem deixando de cumprir seus compromissos com os servidores. Essa é uma boa forma de gestão, que não diz que está fazendo choque. Se choque fosse uma coisa boa, a Cemig receitava choque aos contribuintes que tomam cada susto ao receber sua conta de luz no início do mês ou em razão dos apagões constantes que têm ocorrido na nossa cidade. Aliás, como bem disse o Deputado Weliton Prado, se um cachorro fizer suas necessidades num poste da Cemig, corre-se o risco de a luz acabar. A Cemig foi considerada a pior empresa do Brasil em se tratando de apagões e a que tem a luz mais cara do País. Isso saiu publicado no jornal "O Tempo", em letras garrafais. Ela tem a maior tarifa e é a empresa de energia que mais sofre com o apagão. Existem até 30 apagões por região em Minas Gerais, por dia. O pior é que a Cemig ainda comprou outras empresas. Recentemente, ficamos sabendo que ela também vai comprar em outros países, em prejuízo da situação que vivemos aqui. O mais grave nisso tudo - para destacar a importância do projeto de resolução -, é que uma decisão da Justiça do Trabalho, determinando o concurso, tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho em relação às terceirizações, não vem sendo cumprida. Um dos motivos da queda dessa prestação de serviço é que as empresas terceirizadas ou quarteirizadas não honram com os seus compromissos. É importante registrarmos isso aqui para mostrarmos que a Assembleia Legislativa tem uma gestão invejável, motivo de orgulho para nós, Deputados e Deputadas deste Poder.

Quero aqui também destacar algo que encontramos na justificativa do Projeto de Resolução nº 4.108/2009, em que a Mesa da Assembleia faz um apelo que merece destaque, quando fala do equilíbrio fiscal da Assembleia, do demonstrativo de despesa de pessoal e quando aborda os gastos desta Casa, disponíveis em sua página eletrônica, o que demonstra a transparência que esta Casa vem atingindo. É evidente que ainda precisamos ampliá-la, mas só o fato de os gastos dos gabinetes, discriminados por Deputados, estarem disponíveis na página eletrônica da Assembleia, já é uma forma de transparência. Existe ainda uma discussão na Câmara Federal para que também sejam disponibilizados os nomes e o salários dos servidores, e concordamos com isso. O próximo passo da Assembleia será exatamente a construção desse modelo de transparência. Então, em uma Assembleia que tem dado demonstração de transparência, de seriedade na aplicação dos recursos públicos, precisamos também deixar bem claro que esse passo será inevitável no aumento da transparência do Poder Legislativo. Diante do exposto e da importância de que se reveste esse projeto, solicitamos aos nobres pares a sua aprovação. Acho que não poderíamos deixar de votá-lo. O Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Mesa, está sempre presente nas votações, dando quórum e se empenhando para que as matérias do governo fossem aprovadas, porque ele é um Deputado diligente, que realmente faz desta Casa a sua tribuna. Com toda certeza, ele é um destaque, com muito louvor e honra, do PSDB nesta Casa; é um Deputado que, quando solicita regime de urgência, como fez no dia 16 de dezembro, ontem, está presente aqui para ajudar na aprovação, está-se empenhando para dar quórum. Então, precisamos votar a favor desse projeto. O Deputado Dinis Pinheiro, jovem parlamentar da nossa vizinha Ibirité, merece todo o destaque, todos os aplausos e elogios desta Casa.

Gostaria também de ter claro o relatório da Mesa, que é do dia 17 de dezembro, o que mostra como esta Casa é generosa, todos os Deputados, com a Mesa. Já estamos votando a favor de um projeto cujo parecer chegou hoje, e ontem já foi pedido regime de urgência. Um projeto que foi apresentado no dia 14 de dezembro. Tudo isso é demonstração de uma relação de confiança, é demonstração do nosso compromisso com o Poder Legislativo para que ele cumpra seus objetivos de representar o povo, de votar leis, de fiscalizar, de atuar em defesa da sociedade. E aí vemos o parecer recente, que está ainda até "quente" porque chegou ao Plenário há 15 minutos. Esperamos que primemos pela mesma agilidade nos projetos dos Deputados, daqui para frente. Há projetos deste Deputado que estão há duas ou três legislaturas e ainda não foram aprovados, as Comissões ainda não deram parecer. Volto a dizer, esperamos que haja a mesma agilidade dada aos projetos da Mesa aos projetos dos Deputados, daqui para frente. E aí vem a bela fundamentação: (- Lê:)

"A proposta em epígrafe dispõe sobre a modificação do quantitativo de cargos e funções integrantes do sistema de gerenciamento da Secretaria da Assembleia Legislativa. Esta Casa possui competência privativa para dispor sobre a matéria objeto da proposição em estudo, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 62 da Constituição do Estado, que confere à Assembleia Legislativa competência para dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e de sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por essa razão, a matéria é vinculada corretamente a um projeto de resolução."

Já o Regimento Interno deste Parlamento prevê, na alínea "e" do inciso VII de seu art. 79, que compete privativamente à Mesa da Assembleia apresentar o projeto. E aí vem todo o arrazoado.

Gostaria de fazer um esclarecimento ao Plenário, até em vista da cobrança do Deputado Padre João, Líder da Minoria, amigo pessoal, irmão fraterno. Ele me cobrava por que eu não estava aqui enquanto o Bloco estava fazendo um entendimento e uma negociação. Sinto-me no dever de esclarecer a esta Casa: este Deputado não estava à toa, não.

Na semana passada, este parlamentar esteve em seis reuniões da Comissão de Direitos Humanos, que não se nega a tratar de assuntos dos quais outras Comissões são proibidas de tratar, como o do caso dos Agentes Penitenciários. Nunca nos negamos a tratar de nada. Na segunda-feira, a Comissão de Direitos Humanos realizou uma reunião sobre violência no campo, sob a Presidência da Deputada Maria Tereza Lara, a quem agradeço muito. Este parlamentar, em virtude de um problema particular, não pôde comparecer: estava em Mutum, por ocasião de óbito na família.

Na terça-feira pela manhã, este parlamentar saiu às 2h30min, chegou às 7 horas no aeroporto, pegou o avião da Assembleia e foi a Rio Pardo de Minas, a 800km de Belo Horizonte, para tratar de um caso de violência no campo. Estivemos lá com quatro Promotores de Justiça, seis Juizes de Direito, representante da OAB Federal, de Brasília, representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e um Juiz representando Gilmar Mendes, do CNJ. Também com o Dr. Afonso Henrique e o Desembargador Gercino, Ouvidor Agrário Nacional, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, estivemos no fórum e acompanhamos a audiência de presos que agrediram sem-terras, entre eles

uma senhora de 83 anos que teve a perna queimada - queriam matá-la -, cuja imagem a Assembleia mostrou sete meses depois da ferida. Realizamos, então, uma audiência pública. Às 2 horas, saímos de Rio Pardo e andamos quase 100km até Salinas; à tarde, estávamos aqui, nesta Casa, votando as matérias, assim como fizemos à noite - e chegamos a casa tarde da noite, pois aqui ficamos até tarde.

Na quarta-feira, às 7h30min, eu estava no aeroporto para me deslocar até a cidade de Leopoldina, para a realização de uma audiência pública da Comissão, a requerimento do Deputado Padre João, sobre a questão das pessoas atingidas por barragem. Voltamos às pressas, ao meio-dia, porque às 15 horas recebemos aqui 200 moradores da Ocupação Dandara e Camilo Torres, vítimas da intransigência da Prefeitura de Belo Horizonte - o Prefeito não quer negociar -, que tem gerado um transtorno muito grande. Ficamos até as 18h30min com os moradores, em audiência da Comissão, com a presença de mais dois ou três Deputados. À noite, estávamos aqui, para votação.

Hoje pela manhã, foi a mesma coisa. Lembro que hoje foram realizadas duas reuniões da Comissão de Direitos Humanos: às 13h45min, para votar o projeto da Deputada Maria Tereza Lara, que obriga as empresas das administrações direta e indireta a contratar, nas obras públicas, 10% de egressos ou de presos e que cria um certificado de parceria com as empresas privadas que contratarem presos; às 14h20min, estávamos em uma reunião secreta, na companhia de familiares de mulheres desaparecidas e membros da diretoria da Afago, ouvindo um ex-policial civil, preso na Penitenciária Nelson Hungria por vários crimes, que dizia que iria revelar onde estavam os corpos das mulheres. Lembro que essa é uma luta da Comissão de Direitos Humanos há 10 anos. Estão desaparecidos os corpos - e nem os criminosos foram identificados - de pessoas como Daniela Cardoso, Elisabeth Pinheiro, a Profa. Celma, Elisabeth Nogueira, Josélia e, recentemente, a Laila. Ficamos ali com dois Delegados de Polícia, o Dr. Edson Moreira e a Dra. Cristina Coeli, e contamos com a presença na segunda parte, a nosso pedido, do Procurador de Justiça, Gilvan Alves Franco, tentando levantar o paradeiro dessas pessoas.

Pergunto qual comissão temática realizou, na semana passada, seis reuniões e, nesta semana, cinco, no fim do recesso parlamentar. Na segunda-feira, muitos irão para o recesso, mas a Comissão estará representada pelo Deputado Padre João na audiência pública da barragem de Leopoldina, em Recreio, para licença de funcionamento da usina. É bom deixar bem claro, Deputado Padre João, que eu não estava aqui fazendo entendimentos, mas estava trabalhando pela Assembleia Legislativa; não estava aqui, mas defendia o Poder e exercia o meu papel de 15 anos de Deputado, sempre de forma incansável. Por isso digo que censura a mim, nunca mais! E a Lei da Censura já caiu no Supremo...

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - A intervenção anterior foi uma intervenção de fundo do projeto, numa visão mais estratégica da sua importância. Agora quero encaminhar a votação para clarear o entendimento de todos os Deputados - e temos orgulho de ver alguns novatos, como o Deputado Paulo Guedes, que já é destaque, tem medalha de campeão nesta Casa. O Deputado João Leite já o lançou no governo do Fernando Pimentel como Secretário de Meio Ambiente. Acho que o Deputado Paulo Guedes será um grande Secretário em qualquer Secretaria que assumir no governo do Pimentel. Mas, Deputado Paulo Guedes, há umas manhas regimentais da Assembleia que é importante destacarmos nos encaminhamentos de votação. Muitas vezes o Regimento da Assembleia é diferente do Regimento da Câmara Municipal de Manga, que você presidiu e dominava muito bem. É bom deixar bem claro que o projeto é da Mesa Diretora e, como projeto de resolução, só pode ser apresentado pela Mesa Diretora. Deputado não pode apresentar projeto de resolução porque o aspecto de constitucionalidade é muito importante. Como já fui membro da Mesa Diretora, quero deixar claro isso aos colegas Deputados: o seu processo de tramitação equivale ao de um projeto de lei normal, não difere; tem que ser votado em dois turnos, com interstício mínimo de 24 horas, o que implica que esse projeto será votado em segundo turno amanhã; e o mais importante, é que precisamos de quórum qualificado. Como todo projeto, exige um quórum definido que difere de outras matérias. O quórum para votação de uma emenda à Constituição Federal é de três quintos ou 48 parlamentares. Na Constituição anterior, eram necessários dois terços, mas a Constituição cidadã de 5/10/1988 estabeleceu três quintos. Então, o quórum do projeto de resolução não é esse. Também não é um quórum de lei complementar, em que precisamos ter não a maioria simples, mas a chamada maioria absoluta, ou seja, 39 votos favoráveis para a votação do projeto. O quórum do projeto de resolução equivale ao de projeto de lei ordinária, mas "ordinária" no bom sentido, Deputado Pinduca, e não de lei ordinária naquele sentido popular, pejorativo. Senão daqui a pouco pensarão que estou igual ao Presidente Lula, pronunciando palavras chulas, mas não. É "ordinária" no sentido de ordem, de ordenamento, para encaminhamento dos trabalhos. Qual é o quórum, Sr. Presidente, para o projeto de resolução? São necessários - maioria simples - 39 Deputados presentes, e tem de haver a maioria dos votos nesses 39. Isso é importante. Pedirei verificação de votação. É bom esclarecer que, no momento da verificação de votação, temos de apertar também o "sim". Há parlamentares aí que têm dificuldade de mexer com este negócio eletrônico, como também tenho. Sou um pouco analfabeto eletrônico. É bom esclarecer isso. Estas declarações de voto no microfone são totalmente ilegais, não têm respaldo no Regimento. Farei questão de ordem em qualquer declaração de voto no microfone, dirigirei essa questão de ordem à Mesa e tenho meia hora para formulá-la. Já estou com ela pronta. Formularei à Mesa a questão de ordem para que não considere declaração no microfone.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/12/09, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.401, de 16/7/07, e 2.468, de 23/11/09, assinou os seguintes atos:

designando a servidora Daniela Santiago Mendes Menezes para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial;

designando o servidor Gilberto Dias de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Procon Assembleia;

designando o servidor Hugo Antônio Avelar para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais;

designando o servidor José Avelino do Carmo para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Material e Patrimônio;

designando o servidor Ricardo Bittencourt Sardenberg para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa;

designando o servidor Ramon Lotti Garcia para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa;

designando o servidor Rogerio de Senna para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial.

DECISÃO DA 1ª SECRETARIA

O Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando, ainda, recomendação do senhor Diretor-Geral, firmada com base no artigo 63, XXII, da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, e nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31 de agosto de 1990, 5198, de 21 de maio de 2001, e 5.295, de 15 de dezembro de 2006, resolve designar o servidor JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA PRADO, matrícula, 3343/0, para substituir o titular da Diretoria-Geral, EDUARDO VIEIRA MOREIRA, enquanto durar o seu afastamento por motivo de férias regulamentares, a partir de 28 de dezembro de 2009.

Palácio da Inconfidência, em 23 de dezembro de 2009.

DINIS PINHEIRO, 1º Secretário.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2009

CONCORRÊNCIA Nº 1/2009

DECISÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Conhecemos do recurso apresentado pela empresa Mapema Produções e Eventos Ltda. contra a publicação da classificação da Concorrência nº 1/2009, que se refere à contratação de empresa para a prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos e ações de apoio e de patrocínio, e negamos provimento ao recurso, nos termos do art. 12, V, da Deliberação da Mesa nº 2.396, de 2007, e com base nos fundamentos apresentados no relatório elaborado pela comissão técnica designada conforme Portaria nº 30/09 e na ata da 18ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, em sua reunião do dia 21/12/2009, contidas no referido processo.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2009.

Mesa da Assembleia.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 140/2009

Objeto: renovação de assinaturas semestrais do jornal "Minas Gerais", sendo 115 do Caderno I (Executivo e Legislativo) e 2 dos Cadernos I e II (Executivo, Legislativo e "Diário da Justiça").

Em 22/12/2009, o Srs. Presidente e 1º-Secretário autorizaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a despesa correspondente à Dispensa de Licitação nº 140/2009, adotada com base no art. 24, VIII, do mesmo diploma legal, em favor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

ERRATAS

REQUERIMENTOS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/11/2009, na pág. 59, col. 2, onde se lê:

"Nº 5.049/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Ministra Carmem Lúcia Rocha por sua eleição como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.", leia-se:

"Nº 5.049/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Ministra Cármen Lúcia Rocha por sua eleição como Ministra efetiva do Tribunal Superior Eleitoral."

MANIFESTAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/12/2009, na pág. 172, col. 2, onde se lê:

"de aplauso à Sra. Cármen Lúcia Rocha, Ministra do STF, por sua eleição para o cargo de Presidente do TSE", leia-se:

"de aplauso à Sra. Cármen Lúcia Rocha, Ministra do STF, por sua eleição como Ministra efetiva do TSE".